PROPOSTAS ACORDADAS NO GOVERNO (MF, MDA, MTE e MAPA)
SUGESTÕES DE ALTERAÇÃO DE CONTEÚDO (FUNDAMENTAIS)
PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO PLS Nº 171, DE 1999, SOBRE COOPERATIVISMO

PLS 171/99 – TEXTO ORIGINAL	PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
<p>Art. 2º A cooperativa é sociedade civil de pessoas, de forma jurídica própria, não sujeita à falência, constituída para prestação de serviços aos associados através do exercício de uma ou mais atividades econômicas sem objetivo de lucro e com as seguintes características:</p>	<p>Art. 2º - A cooperativa é sociedade civil de pessoas, de forma jurídica própria, não sujeita à falência, constituída pela união de esforços dos associados para o exercício de atividade econômica de proveito comum sem objetivo de lucro e com as seguintes características:</p>	<p>Não há necessidade de explicitar quantas atividades econômicas a cooperativa pode desempenhar.</p>
<p>Art. 3º As cooperativas poderão agir em todos os ramos das atividades humanas, sendo-lhes facultado adotar por objeto, isolada ou cumulativamente, qualquer gênero de trabalho, serviços ou operações.</p>	<p>Art. 3º As sociedades cooperativas poderão adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade.</p> <p>Parágrafo único. É vedado às cooperativas o uso da expressão “Banco”.</p>	<p>Revisão da redação explicitando que é vedado o uso da expressão “banco”.</p>
<p>Art. 4º As cooperativas são consideradas:</p> <p>I. singulares, as constituídas de no mínimo de 7 (sete) pessoas físicas, facultado aos estatutos permitir a admissão de sociedades sem fins lucrativos e outras pessoas jurídicas que pratiquem as mesmas ou correlatas atividades das pessoas físicas associadas;</p> <p>II. centrais ou federações, as constituídas de 3 (três) ou mais cooperativas singulares com os mesmos ou diferentes objetivos, facultada a admissão de pessoas físicas que não possam ser atendidas pelas cooperativas singulares associadas;</p> <p>III.</p>	<p>Art. 4º As cooperativas são consideradas:</p> <p>I. singulares, as constituídas de no mínimo de 7 (sete) pessoas físicas, sendo permitida a associação de entidades sem fins lucrativos e, no caso das cooperativas de crédito, pesca, de produtores rurais ou extrativistas e de eletrificação rural ou irrigação, excepcionalmente, a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas associadas.</p> <p>II. centrais ou federações, as constituídas de 3 (três) ou mais cooperativas singulares com os mesmos ou correlatos objetivos;</p> <p>III.</p>	<p>As cooperativas singulares são sociedades de pessoas e não de capital. Por isso, a associação de pessoas jurídicas deve ser excepcional e restrita a alguns tipos de cooperativas, como as agropecuárias, de crédito, extrativistas e de eletrificação rural.</p> <p>O papel das centrais e federações é desenvolver serviços para as cooperativas singulares e não para os associados. Por isso, não há motivos para permitir a filiação de pessoas físicas as cooperativas centrais e federações.</p>
<p>Art. 4º ...</p> <p>Parágrafo único. As cooperativas referidas neste artigo poderão filiar-se mutuamente</p>	<p>Art. 4º ...</p> <p>Supressão do parágrafo único</p>	<p>Ao admitir-se a filiação mútua de cooperativas, independente de sua atividade econômica, os efeitos de tal generalidade de atividades cooperativas ganham proporções imensas, atingindo a associação entre cooperativas de ramos e setores econômicos diversos.</p> <p>A medida proposta no parágrafo único abre a oportunidade de as grandes corporações empresariais se organizarem em forma de cooperativa, realizando negócios entre as mesmas isentas de tributação.</p>

<p>Art. 7° O estatuto da cooperativa, respeitado o disposto nesta lei, estabelecerá:</p>	<p>Art. 7° O estatuto da cooperativa, respeitado o disposto nesta lei, estabelecerá:</p>	<p>Necessidade de alteração devido a possibilidade de existir mais de uma entidade de representação. Este processo está vinculado a OCB;</p>
<p>XII. forma de participação em processo autogestionário;</p>	<p>Supressão do inciso XII</p>	<p>A criação das sociedades cooperativas deve ser livre e independente de autorização, como prevê a Constituição Federal em seu artigo V, inciso XVIII: <i>“a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”</i>.</p>
<p>Art. 8° A cooperativa, em 30 (trinta) dias contados da data de sua constituição, remeterá o ato constitutivo e o estatuto, em 4 (quatro) vias, ao órgão estadual de representação do sistema cooperativista ou do Distrito Federal, que, em igual prazo, a contar do recebimento e após analisá-los:</p> <p>I. declarará sua compatibilidade com a legislação;</p> <p>II. fixará as exigências necessárias à compatibilização, se for o caso.</p> <p>§ 1° O prazo de cumprimento das exigências não será inferior a 30 (trinta) dias, sendo que o órgão de representação terá prazo igual ao fixado para análise do exigido.</p> <p>§ 2° Decorridos os prazos do caput e do § 1° deste artigo, sem manifestação do órgão de representação, presumir-se-á a compatibilidade ou o cumprimento das exigências.</p> <p>§ 3° Caberá recurso ao órgão nacional de representação do Sistema Cooperativista contra o parecer do órgão local, oponível em 30 (trinta) dias de sua ciência, devendo aquele decidir em 30 (trinta) dias, contados da entrada do recurso em seu protocolo.</p> <p>§ 4° Declarada a compatibilização do ato constitutivo e do estatuto com a legislação, os mesmos serão apresentados à Junta Comercial para arquivamento e respectiva publicidade, a partir da qual a cooperativa adquire personalidade jurídica.</p> <p>§ 5° A reforma dos estatutos e a fusão, desmembramento e incorporação obedecerão, no que couber, ao aqui disposto, operando efeitos apenas a partir da publicidade dos respectivos arquivamentos.</p> <p>§ 6° O descumprimento das determinações contidas nos parágrafos anteriores implicará responsabilidade principal, solidária e ilimitada dos fundadores perante terceiros, pelos atos praticados pela cooperativa irregular, além de outras sanções previstas em lei.</p> <p>§ 7° A responsabilidade somente poderá ser elidida na hipótese de a cooperativa, após sua regularização e resguardados os interesses de terceiros, ratificar expressamente os atos anteriores em assembléia</p>	<p>Art. 8° Constituída a Sociedade Cooperativa, os atos constitutivos serão apresentados à Junta Comercial para arquivamento e respectiva publicidade, a partir da qual a cooperativa adquire personalidade jurídica.</p> <p>Supressão dos incisos I a II</p> <p>Supressão dos §§ 1° a 7°.</p> <p>Substituição dos § 1 ao §7° pelos três §§ a seguir, os quais reproduzem a redação dos parágrafos 5° a 7°.</p> <p>§ 1° A reforma dos estatutos e a fusão, desmembramento e incorporação obedecerão, no que couber, ao disposto no caput, operando efeitos apenas a partir da publicidade dos respectivos arquivamentos.</p> <p>§ 2° O descumprimento das determinações contidas neste artigo implicará responsabilidade principal, solidária e ilimitada dos fundadores perante terceiros, pelos atos praticados pela cooperativa irregular, além de outras sanções previstas em lei.</p> <p>§ 3° A responsabilidade somente poderá ser elidida na hipótese de a cooperativa, após sua regularização e resguardados os interesses de terceiros, ratificar expressamente os atos anteriores em assembléia geral.</p>	<p>Submeter os seus atos constitutivos à aprovação de uma organização privada significa interferir na liberdade de organização de cooperativas, contrariando dispositivo constitucional supramencionado. Buscar procedimentos simplificados e que já funcionam satisfatoriamente é, em contraposição, incentivar o surgimento de novas organizações, como estabelece o artigo 174, parágrafo 2°. da Constituição: <i>“a lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”</i>.</p>

geral. Art. 11. O capital social, expresso no padrão monetário nacional, será dividido em quotas-partes.	Art. 11. O capital social, expresso no padrão monetário nacional, será dividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao salário mínimo nacional vigente. Parágrafo único. Nenhum associado poderá subscrever mais de um terço (1/3) do total das quotas partes.	Recuperação de dispositivo da Lei 5764/71 para evitar que o valor unitário da quota-parte seja elevado excessivamente, o que poderia provocar a expulsão de cooperados de menor poder econômico.
Art. 15 ... § único. Poderá a cooperativa emitir Certificados de Aportes de Capital nas hipóteses previstas nesta lei.	Art. 15 ... Supressão do § único	Supressão do parágrafo único em função da supressão da Seção III do Capítulo XII, artigos 54 a 57.
Art. 17. É livre o ingresso em cooperativa, atendidos os requisitos legais e estatutários. § 1º Os estatutos poderão permitir o ingresso ou permanência na cooperativa, de agente de comércio ou de pessoa jurídica, desde que não operem no mesmo campo econômico ou exerçam as mesmas atividades da sociedade, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 58. § 2º Nas cooperativas de eletrificação, irrigação e telecomunicação, poderá ingressar pessoa jurídica que se localize na respectiva área de operações. § 3º O ingresso ou permanência de associados, por previsão estatutária, poderão ser restritos àqueles que estejam vinculados a uma ou mais entidades, cujos empregados ou funcionários sejam os únicos que preencham os requisitos estatutários para associar-se à cooperativa. § 4º Caberá recurso para a assembléia geral da decisão do órgão de administração que indeferir pedido de admissão.	Art. 17. ... Supressão dos §§ 1º, 2º e 3º Transformar o § 4 em parágrafo único Parágrafo único. Caberá recurso para a assembléia geral da decisão do órgão de administração que indeferir pedido de admissão.	A nova redação dada ao artigo 4º permitiu o ingresso de pessoas jurídicas as cooperativas de crédito, pesca, produtores rurais ou extrativistas e de eletrificação rural ou irrigação. A nova redação dada ao artigo 4º contempla este § quando permitiu o ingresso de pessoas jurídicas as cooperativas de crédito, pesca, produtores rurais ou extrativistas e de eletrificação rural ou irrigação. Não há necessidade de constar em Lei. Os estatutos podem definir por esta restrição.
Art. 26. Compete privativamente à assembléia geral: IX. Autorizar a emissão de Certificados de Aporte de Capital.	Art. 26. ... Supressão do inciso IX	Supressão do inciso IX em função da supressão da Seção III do Capítulo XII, artigos 54 a 57.
Art. 28. A assembléia geral será convocada: VI. pelo órgão de representação do sistema cooperativista, na forma e nos casos previstos nesta lei.	Art. 28. VI. pela entidade de representação nacional ao qual a cooperativa está filiada ou tenha sido certificada, na forma e nos casos previstos nesta lei.	Correção da redação em função da liberdade de organização e ampliação do número de entidades de representação nacional.

<p>Art. 32. É proibido o voto: I ... II. aos administradores e fiscais, relativamente às matérias enumeradas no art. 24, incisos I, IV e IX.</p>	<p>Art. 32. ... I ... II. aos administradores e fiscais, relativamente às matérias enumeradas no art. 24, incisos I e IV.</p>	<p>Supressão do inciso IX em função da supressão da Seção III do Capítulo XII, artigos 54 a 57 – Aporte de Capital.</p>
<p>Art. 36. O conselho de administração será composto por, no mínimo 03 (três) associados, eleitos pela assembléia geral, respeitado o seguinte: § 1º A ata da assembléia geral que eleger administradores será arquivada por extrato ou integralmente na Junta Comercial e no órgão de representação estadual ou do Distrito Federal.</p>	<p>Art. 36. ... § 1º A ata da assembléia geral que eleger administradores será arquivada por extrato ou integralmente na Junta Comercial.</p>	<p>Liberdade de organização. Não há necessidade de arquivamento no órgão de representação estadual ou do Distrito Federal.</p>
<p>Art. 48. Ato cooperativo é aquele praticado entre a cooperativa e seu associado, ou entre cooperativas associadas, na realização do trabalho, serviço ou operação que constituem o objetivo social da cooperativa.</p> <p>§ 1º O ato cooperativo não é operação de mercado nem contrato de compra e venda de produto, mercadoria ou prestação de serviço.</p> <p>§ 2º Equiparam-se ao ato cooperativo os negócios auxiliares ou meios, indispensáveis à consecução dos objetivos sociais.</p>	<p>Art. 48. Ato cooperativo é aquele realizado para cumprir o objetivo social da cooperativa, praticado entre: I - a cooperativa e seu associado; II - o associado e a cooperativa; III – as cooperativas associadas; ou IV - a cooperativa e a respectiva central, federação, ou confederação da qual seja associada.</p> <p>§ 1º O ato cooperativo não caracteriza contrato de compra e venda de produto, mercadoria ou prestação de serviço.</p> <p>Supressão do §2º do PLS 171/99.</p> <p>§ 2º O Poder Executivo definirá, para cada setor de atividade econômica, quais operações configuram ato cooperativo.</p>	<p>É preciso explicitar que o ato cooperativo é somente o ato praticado: I - entre a cooperativa e seu associado; ou II - entre o associado e a cooperativa; ou; III – entre cooperativas associadas IV - a cooperativa e a respectiva central, federação, ou confederação da qual seja associada.</p> <p>A tipificação como ato cooperativo do ato praticado entre cooperativas que atuem em atividades distintas tem efeitos mais amplos que a norma atual tipifica.</p> <p>A equiparação ao ato cooperativo dos negócios auxiliares ou meios indispensáveis para à consecução dos objetivos sociais permitiria a inclusão de praticamente todas as atividades desenvolvidas pelas cooperativas nesta situação, descaracterizando os objetivos propostos quando da criação do ato cooperativo.</p>
	<p>Inclusão de novo artigo na Seção III do Capítulo X Art XX. Os empregados de empresas que sejam eleitos diretores de sociedades cooperativas pelas mesmas criadas, gozarão das garantias asseguradas aos dirigentes sindicais pelo artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943).</p>	<p>Recuperação de dispositivo previsto na Lei 5.764/71, no sentido de atribuir aos diretores da cooperativa as mesmas garantias asseguradas aos dirigentes sindicais.</p>

<p>Art. 51. Respeitado o seu objeto social, a cooperativa, independente de qualquer autorização complementar, poderá operar com pessoas estranhas ao seu quadro social, desde que as operações ou serviços não ultrapassem a 50% (cinquenta por cento) dos realizados com os próprios associados.</p> <p>Parágrafo único. Não prevalecerá o limite fixado neste artigo quando a assembléia geral autorizar operações que:</p> <p>I. resultem de solicitação de órgãos governamentais;</p> <p>II. visem à utilização de instalações ociosas;</p> <p>III. objetivem o cumprimento de contratos.</p>	<p>Art. 51. Respeitado o seu objeto social, a cooperativa poderá operar com não associados quando a assembléia geral autorizar.</p> <p>Parágrafo único. As operações ou serviços efetuados na forma deste artigo não configuram ato cooperativo.</p> <p>Supressão dos incisos I a III do parágrafo único.</p>	<p>Não há necessidade de estabelecer limite para operação com não associados, pois as exceções acabam liberando para praticamente todos os casos. A decisão de operar ou não com não associados deve ser da assembléia geral. Explicitar que as operações com não associados não configuram ato cooperativo. Não há necessidade de explicitar exceções devido à eliminação da regra geral.</p>
<p>Art. 52. A cooperativa somente participará de sociedades não-cooperativas se estas não forem de responsabilidade ilimitada e quando a participação visar ao atendimento de objetivos acessórios ou complementares.</p>	<p>Supressão do artigo 52.</p>	<p>A própria cooperativa por se uma sociedade ilimitada, conforme prevê o novo Código Civil.</p>
<p>Art. 53. Nas licitações públicas de que participarem cooperativas, as exigências de capital social mínimo serão, obrigatoriamente, substituídas por índices quantitativos relativos ao patrimônio líquido.</p>	<p>Supressão do artigo 53.</p>	<p>Depende da legislação específica para cada tipo de licitação pública.</p>

Seção III

Dos Aportes de Capital

Art. 54. A cooperativa, para a consecução de seus objetivos sociais, e mediante aprovação da assembléia geral, poderá emitir Certificados de Aporte de Capital.

Art. 55. O limite máximo de certificados não poderá exceder o capital social subscrito ou, quando se tratar de investimentos ao equivalente a 80% (oitenta por cento) do montante previsto para a sua implantação ou ampliação.

Parágrafo único. O descumprimento dos limites fixados implicará responsabilidade solidária dos associados da cooperativa.

Art. 56. Os Certificados de Aporte de Capital poderão ser ofertados a não-sócios, sendo proibido conferir qualquer direito privativo de sócio, exceto o de fiscalizar, nos termos desta lei, os atos dos administradores.

Art. 57. A assembléia geral que autorizar a emissão de Certificados de Aporte de Capital deverá fixar o valor nominal, juros, coeficiente de participação nos resultados positivos obtidos pela cooperativa, garantias reais, se houver, época e as condições de vencimento, resgate e amortização.

Parágrafo único. Estando a emissão vinculada a um investimento, a participação somente incidirá sobre os resultados positivos por esse produzido.

Supressão da Seção III – artigos 54 a 57

Já existem títulos aprovados e regulamentados, passíveis de emissão pelas cooperativas agropecuárias, que atendem em grande parte o objetivo do CAC: (i) certificado de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), aprovado pela Lei 11.076/04; (ii) Nota comercial do agronegócio (NCA) conhecida também como "Agrinote", regulamentada pela Instrução CVM nº 422/05.

Do ponto de vista conceitual e filosófico, as cooperativas, como associação de pessoas, não poderiam emitir títulos que permitam participação aos não-sócios nos resultados da cooperativa. Essa prerrogativa só é factível para sociedades de capital, ou mais especificamente às S. A.

Ademais a colocação pública só é possível mediante o preenchimento de todas as condições exigidas para a oferta pública, prevista na Lei 6.385/76 e regulamentação complementar, inclusive o registro na CVM.

Propomos um discutir o assunto por meio de uma proposta de legislação específica, envolvendo, além do setor cooperativista, a CVM.

<p>Art. 58. A cooperativa, através de contratos que estabeleçam formas de gestão, rateio dos resultados e preferência de compra em determinados investimentos, poderá estabelecer a participação de não-sócios nesses eventos.</p> <p>§ 1º A participação de não-sócios no capital dos investimentos não poderá ultrapassar a 49% (quarenta e nove por cento).</p> <p>§ 2º A participação não gera direitos próprios dos associados, sendo facultado conferir tão somente poderes de co-gestão no empreendimento contratado.</p>	<p>Art. 58. A cooperativa poderá celebrar contratos de consórcios com não associados nos termos do art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.</p> <p>§ 1º A participação de não associados no capital dos empreendimentos não poderá ultrapassar a 49% (quarenta e nove por cento).</p> <p>§ 2º A participação de não associados no consórcio não gera direitos próprios dos associados, sendo facultado conferir tão somente poderes de co-gestão no empreendimento contratado;</p> <p>§ 3º O objeto do empreendimento deverá ser correlato ou complementar ao objeto da cooperativa.</p> <p>§ 4º As operações efetuadas entre a cooperativa e os consorciados ou entre estes e os associados da cooperativa não configuram ato cooperativo.</p>	<p>Substituição do termo Contratos de Parceria por Contratos de Consórcios. Já existe uma regulamentação para este tipo de contrato.</p> <p>Substituição do termo investimento por empreendimento, que é mais adequado a este tipo de operação.</p> <p>Inclusão dos §§ 3º e 4º: para evitar a distorção dos objetivos da cooperativa. Explicitar que estas operações não podem ser consideradas como ato cooperativo.</p>
<p>Art. 62. Os resultados positivos obtidos pela cooperativa nas operações de que trata o art. 51 estarão sujeitos a tributação pelo imposto de renda, e os lucros ou dividendos, decorrentes das participações referidas no art. 52, somente serão considerados na determinação do resultado tributável da cooperativa, quando não tributados na origem.</p>	<p>Art. 62. As operações que não configuram ato cooperativo estarão sujeitas a tributação.</p>	<p>Redação mais simples e abrangente, pois podem existir outros tributos não mencionados no artigo 62.</p>
<p>Art. 99. São obrigações do liquidante.</p> <p>VI. entregar o saldo da reserva legal, da reserva de equalização e do fundo de assistência técnica, educacional e social ao seu beneficiário, observadas as seguintes regras:</p> <p>a) nas liquidações de cooperativa singular, os saldos e remanescentes serão destinados ao órgão estadual de representação, para atividades educacionais e de fomento ao cooperativismo, e na ausência daquele, à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;</p>	<p>Art. 99. ...</p> <p>VI.:</p> <p>a) nas liquidações de cooperativa singular, os saldos e remanescentes serão destinados à entidade nacional de representação e na ausência daquela, ao SESCOOP;</p>	<p>Em função da extinção da representação exclusiva pela OCB e destinar esses recursos às entidades pertencentes ao sistema cooperativista ou ao SESCOOP.</p>

<p>Art. 102. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, com sede na capital federal, reestruturada de acordo com o disposto nesta lei, competindo-lhe principalmente:</p> <p>I. zelar pela observância desta Lei;</p> <p>II. integrar todas as cooperativas;</p> <p>III. propor aos poderes constituídos programas que contribuam para a solução de problemas econômicos e sociais;</p> <p>IV. desenvolver atividades destinadas à difusão e ao fortalecimento do cooperativismo;</p> <p>V. coordenar e orientar o movimento cooperativista nacional;</p> <p>VI. representar e defender os interesses do sistema cooperativista e das organizações de cooperativas dos estados e do Distrito Federal junto aos poderes federais constituídos;</p> <p>VII. impetrar mandado de segurança coletivo, nos termos do disposto no art. 5º, incisos LXIX e LXX, alínea "b", da Constituição Federal;</p> <p>VIII. efetuar o registro de todas as cooperativas, acompanhar o processo de revisão e manter atualizado o cadastro;</p> <p>IX. manter serviços de assistência geral ao sistema cooperativista, dispor para esse fim de setores consultivos e departamentos especializados, de acordo com os diversos ramos do cooperativismo;</p> <p>X. praticar os atos previstos no art. 8º;</p> <p>XI. dirimir conflitos entre cooperativas, quando isto lhe for solicitado, podendo, inclusive, instituir órgão de arbitragem;</p> <p>XII. propor judicialmente a dissolução de cooperativa nos casos previstos nesta Lei;</p> <p>XIII. orientar os interessados na criação de cooperativas;</p> <p>XIV. editar livros e publicações sobre cooperativismo;</p> <p>XV. manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas;</p> <p>XVI. coordenar o sistema de autogestão cooperativista.</p> <p>Parágrafo único. Os programas de autogestão deverão contemplar o modo de acompanhamento econômico e financeiro das cooperativas, das auditorias, da organização do quadro social, a capacitação e informação dos dirigentes e a forma de custeio desses serviços.</p>	<p>Art. 102. É livre a filiação de cooperativas a entidades nacionais de representação.</p> <p>§ 1º As entidades nacionais de representação das cooperativas poderão ser constituídas por cooperativas de um ou mais ramos de atividade;</p> <p>§ 2º Somente serão consideradas entidades nacionais de representação aquelas que estiverem constituídas por pelo menos 50 (cinquenta) cooperativas de pelo menos 5 (cinco) estados, localizadas em 2 (duas) regiões brasileiras;</p> <p>Inserir um novo artigo após o atual artigo 102.</p> <p>Art. XXX. Cabe às entidades nacionais de representação das cooperativas, principalmente:</p> <p>I. zelar pela observância desta Lei;</p> <p>II. desenvolver atividades destinadas à difusão e ao fortalecimento do cooperativismo;</p> <p>III. representar e defender os interesses de suas filiadas junto aos poderes federais constituídos;</p> <p>IV. impetrar mandado de segurança coletivo, nos termos do disposto no art. 5º, incisos LXIX e LXX, alínea "b", da Constituição Federal;</p> <p>V. efetuar a certificação das cooperativas, acompanhar o processo de revisão e manter atualizado o cadastro;</p> <p>VI. dirimir conflitos entre cooperativas, quando isto lhe for solicitado, podendo, inclusive, instituir órgão de arbitragem;</p> <p>VII. propor judicialmente a dissolução de cooperativa nos casos previstos nesta Lei;</p> <p>VIII. orientar os interessados na criação de cooperativas;</p> <p>IX. editar livros e publicações sobre cooperativismo;</p> <p>X. manter relações de integração com as entidades congêneres do exterior e suas cooperativas;</p> <p>Exclusão do parágrafo único</p>	<p>Criar mecanismos de articulação e fomento ao cooperativismo aos níveis nacional, regional e estadual, sem a imposição da filiação obrigatória a uma única entidade.</p> <p>Conferir as principais obrigações das entidades nacionais de representação.</p> <p>Os programas de autogestão estão vinculados a OCB e não serão desenvolvidos obrigatoriamente por todas as entidades nacionais de representação.</p>
---	--	--

<p>Art. 103. A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB é constituída de entidades, uma para cada estado e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da organização nacional, cabendo-lhes, além das prerrogativas da presente Lei, a representação do sistema cooperativista nas respectivas unidades federativas, observadas as normas e recomendações da organização nacional.</p>	<p>Art. 103. As entidades nacionais de representação das cooperativas poderão constituir entidades estaduais, criadas com as mesmas características da organização nacional, cabendo-lhes, além das prerrogativas da presente Lei, a representação de suas filiadas nas respectivas unidades federativas, observadas as normas e recomendações da organização nacional.</p>	<p>Adaptar a redação a existência de mais de uma entidade nacional de representação.</p>
<p>Art. 104. Compete aos estatutos da Organização das Cooperativas Brasileiras e das organizações de cooperativas dos estados e do Distrito Federal estabelecer:</p>	<p>Art. 104. Compete aos estatutos das entidades de representação nacionais, estaduais e do Distrito Federal das cooperativas estabelecer:</p>	<p>Adequar a redação do <i>caput</i> à existência de mais de uma entidade nacional de representação.</p>
<p>Art. 105. A cooperativa remeterá compulsoriamente à respectiva organização de cooperativas do estado ou do Distrito Federal, para fins de verificação ao cumprimento legal:</p> <p>I. ...;</p> <p>II. ...;</p> <p>III.</p> <p>§ 1º No caso de verificação de irregularidade, a OCB cientificará os administradores, dando-lhes o prazo de 90 (noventa) dias para saná-la.</p> <p>§ 2º Inexistindo saneamento no prazo do parágrafo anterior, a OCB cientificará o conselho fiscal da cooperativa, fixando-lhe 90 (noventa) dias para tomada de providência.</p> <p>§ 3º Na omissão do conselho fiscal, a OCB convocará a assembléia geral da cooperativa, nos termos do art. 26, inciso VIII.</p> <p>§ 4º Se, decorridos 90 (noventa) dias, persistirem as irregularidades, terá a OCB legitimidade ativa para requerer a dissolução judicial da cooperativa.</p> <p>§ 5º Antes da medida referida no parágrafo anterior, será dirigida comunicação à cooperativa interessada, que terá direito a recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, para a OCB.</p>	<p>Art. 105. A cooperativa remeterá compulsoriamente à respectiva entidade de representação nacional, ou sua representação estadual, conforme previsto nos estatutos, para fins de verificação ao cumprimento legal:</p> <p>I. ...;</p> <p>II. ...;</p> <p>III.</p> <p>§ 1º No caso de verificação de irregularidade, a entidade nacional de representação cientificará os administradores, dando-lhes o prazo de 90 (noventa) dias para saná-la.</p> <p>§ 2º Inexistindo saneamento no prazo do parágrafo anterior, a entidade nacional de representação cientificará o conselho fiscal da cooperativa, fixando-lhe 90 (noventa) dias para tomada de providência.</p> <p>§ 3º Na omissão do conselho fiscal, a entidade nacional de representação convocará a assembléia geral da cooperativa, nos termos do art. 26, inciso VIII.</p> <p>§ 4º Se, decorridos 90 (noventa) dias, persistirem as irregularidades, terá a entidade nacional de representação legitimidade ativa para requerer a dissolução judicial da cooperativa.</p> <p>§ 5º Antes da medida referida no parágrafo anterior, será dirigida comunicação à cooperativa interessada, que terá direito a recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, para a entidade nacional de representação.</p>	<p>Adequar a redação a existência de mais de uma entidade nacional de representação.</p>

<p>Art. 106. Fica mantida a contribuição cooperativista, recolhida anualmente, no mês de abril, em favor da OCB, estipulada, atualmente, em 0,2%.</p> <p>§ 1º A contribuição cooperativista constitui-se de importância correspondente a um percentual a ser fixado pela assembléia geral da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB sobre o total do valor do capital integralizado, fundos e reservas existentes na data do levantamento do balanço geral da cooperativa.</p> <p>§ 2º Do montante arrecadado, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB ficará com 50% (cinquenta por cento), entregando os restantes 50% (cinquenta por cento) à organização de cooperativas da unidade federativa onde a contribuição foi arrecadada.</p>	<p>Art. 106. Fica autorizada a contribuição cooperativista, recolhida anualmente, no mês de abril, em favor da entidade nacional de representação das cooperativas.</p> <p>§ 1º A contribuição cooperativista constitui-se de importância correspondente a um percentual a ser fixado pela assembléia geral das entidades nacionais de representação das cooperativas.</p> <p>§ 2º Do montante arrecadado, as entidades nacionais de representação das cooperativas ficarão com no mínimo 50% (cinquenta por cento), entregando o restante à entidade estadual de representação onde a contribuição foi arrecadada.</p>	<p>A contribuição cooperativista deve ser estabelecida pelos estatutos das organizações, com a fixação do valor e a forma de arrecadação.</p>
	<p>Inserir dois novos capítulos após o artigo 106 do PLS</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO XVIII</p> <p style="text-align: center;">Da Certificação e das cooperativas</p> <p>Art. XXX As cooperativas poderão obter o Certificado de Conformidade Cooperativa.</p> <p>Parágrafo Único. Para que seja considerada apta a obter recursos públicos e a prestar serviços para órgãos da administração direta e indireta dos governos Federal, Estaduais e Municipais, a cooperativa deverá apresentar o Certificado de Conformidade.</p> <p>Art. XXX Os Certificados de Conformidade serão emitidos por entidades nacionais de representação, constituídas na forma do parágrafo 2º do artigo 102, e reconhecidas pelo poder público para fins de certificação.</p> <p>§ 1º As entidades de representação nacional poderão atuar como entidades certificadoras de conformidade de cooperativas filiadas e não filiadas.</p> <p>§ 2º O Poder Executivo regulamentará as exigências necessárias à certificação.</p> <p>§ 3º Ficam as entidades nacionais de representação autorizadas a cobrar das cooperativas para a realização dos serviços de certificação das mesmas.</p> <p>Art. XXX Os certificados de conformidade deverão ser renovados a</p>	<p>Adequar a redação à existência de mais de uma entidade nacional de representação.</p> <p>A certificação objetiva incentivar a observância dos princípios do cooperativismo de forma a prevenir as práticas fraudulentas, cujas funções devem ser exercidas pelas entidades de representação nacional.</p> <p>A certificação deve ser acessível também para as cooperativas não filiadas à entidade de representação nacional</p>

	<p>cada três anos.</p> <p>§ 1º As novas cooperativas poderão solicitar o Certificado Provisório de Conformidade após um ano de funcionamento, que se tornará definitivo na primeira renovação.</p> <p>§ 2º A cooperativa que deixar de cumprir as normas de certificação terá o certificado de conformidade cancelado a qualquer tempo.</p> <p>§ 3º As entidades nacionais de representação certificadoras manterão cadastro público das cooperativas certificadas e das cooperativas que tiveram certificação cancelada.</p> <p>CAPÍTULO XIX Das Cooperativas Especiais</p> <p>Art. XXX. As cooperativas de pequeno porte e que atuem com os segmentos sociais mais frágeis e marginalizados da economia poderão ser consideradas pelo Poder Público como Cooperativas Especiais.</p> <p>§ 1º O Poder Público poderá conceder tratamento diferenciado para as cooperativas de que trata o <i>caput</i> deste artigo, priorizando-as no acesso a recursos públicos e de crédito, e simplificando as exigências contábeis;</p> <p>§ 2º O Poder Executivo regulamentará os critérios para a classificação e enquadramento das cooperativas como Especiais, podendo ser diferenciados para cada ramo de atividade.</p>	<p>Dar um tratamento preferencial a grupos mais frágeis da economia ou ainda, as cooperativas que tenham porte muito pequeno.</p>
<p>Art. 109. No prazo de 12 meses após a promulgação desta lei, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB deverá promover debates com as organizações estaduais e cooperativas para estabelecer os programas de autogestão.</p>	<p>Exclusão do artigo 109</p>	<p>Adequar a redação à existência de mais de uma entidade nacional de representação.</p>